

«FORTALECER A DEMOCRACIA NA EUROPA»

Discurso de Boas-Vindas e Abertura

5 de março de 2018, Aud° 2

Exm° Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia (*Frans Timmermans*)

Exm° Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (*Augusto Santos Silva*)

Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Senhor Presidente do Instituto Jacques Delors (*Caro Enrico Letta*)

Senhores Embaixadores

Senhores Deputados

Caros Colegas da Fundação Calouste Gulbenkian

Minhas Senhoras e Meus Senhores

I. É com muito gosto que vos dou as boas-vindas à Conferência «Fortalecer a Democracia na Europa», que a Fundação Calouste Gulbenkian organiza, em colaboração com o Instituto Jacques Delors.

Em 2013, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Jacques Delors decidiram intensificar a sua colaboração, estabelecendo uma parceria, de acordo com a qual têm intervindo ativamente em temas chave do processo de integração europeia. No quadro desta parceria, temos vindo a debater e promover políticas públicas desde a cidadania, a cooperação económica, a solidariedade e a ação externa, entre outros.

Quero, nesse sentido, aqui deixar uma palavra muito especial ao atual Presidente do Instituto Jacques Delors, Enrico Letta, pela importância e pelo entusiasmo que sempre tem atribuído a esta parceria.

Não posso também deixar de agradecer, de um modo muito particular, a participação nesta Conferência do Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, (bem como a do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Português, Augusto Santos Silva, que, com as suas presenças, reconhecem não só o trabalho que em conjunto temos feito, como a importância da discussão pública destes temas.

II. «Democracia» e «Europa», não sendo obviamente sinónimos, referem-se a realidades históricas que nasceram e cresceram juntas... E ainda que, em abstrato, se possam pensar uma sem a outra, em

concreto, porém, a democracia incluirá sempre a Europa – e a Europa, para ser Europa, terá sempre que realizar a democracia.

De facto, foi há quase 2.500 anos que Péricles, no seu mais famoso discurso, para honrar os atenienses mortos na guerra do Peloponeso, decidiu louvar Atenas e a sua constituição, naquele que é talvez o mais belo elogio da democracia que alguma vez foi feito.

Porém, os Atenienses não ouviram os alertas do seu governante e, por isso, Atenas perdeu a guerra...

Também hoje, tal como na Atenas do século V (a.C.), importa compreender o fundamental das palavras de Péricles, pois que **a democracia nunca está adquirida, antes precisa de ser construída e consolidada permanentemente.**

A democracia precisa, em primeiro lugar, dos cidadãos. Os Estados têm de estar atentos ao sentir das pessoas, construindo com elas um futuro que antecipe e previna as incertezas.

A União Europeia assenta numa dupla legitimidade – dos Estados e dos cidadãos.

O Estado-nação não perdeu atualidade, tornou-se diferente – é mediador entre o local e o global, entre o regional e o supranacional.

Devendo ser garante dos direitos fundamentais, não pode ignorar as novas gerações de direitos que nos levam às ideias de coesão social, de sustentabilidade, de desenvolvimento humano e de primado do conhecimento.

Jacques Delors tem sido muito claro ao dizer-nos que os três objetivos essenciais da União Europeia são: (i) a paz e a segurança; (ii) o desenvolvimento sustentável; e (iii) a diversidade cultural. Temos de ser fiéis a estes desígnios que se ligam à dignidade da pessoa humana.

Num mundo dominado pela complexidade e pela incerteza, importa compreender que o Estado é hoje grande demais para responder às questões locais e pequeno demais para corresponder às questões globais. Daí a importância da subsidiariedade como pedra angular da construção europeia.

A propósito, em minha opinião, o *Brexit* ilustra plenamente o facto de não ter havido compreensão do verdadeiro alcance da subsidiariedade, bem como de tantas vezes prevalecerem interesses imediatos em lugar da compreensão dos desafios de longo prazo.

Também as questões ligadas às migrações e aos refugiados têm posto à prova uma boa parte dos valores europeus, promovendo o

fechamento, a intolerância, a desigualdade, o autoritarismo... e mudando, por essa via, o equilíbrio das forças políticas na Europa.

Mas, digo-o muitas vezes, não podemos cair no erro de julgar que quem pensa de uma maneira diferente da nossa não tem razões para isso. Bem pelo contrário. Temos que assegurar que tenham voz, perceber as suas motivações e garantir o diálogo.

Penso também que temos abusado muitas vezes do “politicamente correcto” na discussão pública sobre o futuro da Europa, para evitar a dura realidade de termos que admitir que há raízes profundas de descontentamento no sentir de muitos europeus que urge assumir, perceber e dar resposta no contexto dos valores do projecto da União Europeia.

Em pleno século XXI, faremos bem em perguntar-nos, lembrando as palavras de Péricles, se continuamos verdadeiramente a acreditar na democracia e até onde estamos dispostos a ir para defendê-la?

Porque muitos são os seus inimigos e grandes são os desafios que nos esperam, a maior parte das vezes, aliás, vindos de dentro – e não de fora!

Dado o papel que as Fundações têm na *advocacy* de causas e no caso da Fundação Calouste Gulbenkian de defesa dos direitos humanos não posso aqui deixar de referir, de um modo muito particular, a enorme preocupação

que nos tem sido regularmente transmitida pelo *Comité de Helsínquia Húngaro*. Esta organização que, em 2017, ganhou o Prémio Calouste Gulbenkian pelo trabalho desenvolvido na área dos direitos humanos, tem vindo a alertar-nos das medidas legislativas com que o Parlamento Húngaro se propõe criar limites a todas as Organizações que trabalham com migrantes e refugiados naquele País, impondo-lhes dificuldades práticas que tornarão o seu trabalho muito difícil, se não impossível, com consequências diretas para tantas pessoas que vivem hoje, na Europa, em situação de enorme vulnerabilidade.

A terminar, quero aqui destacar , de um modo geral, porém, aquele que julgo ser o maior inimigo deste nosso tempo: a falta de participação política activa dos cidadãos.

Na verdade, só poderemos aproveitar as enormes possibilidades económicas e tecnológicas que o nosso tempo nos oferece se assumirmos a vontade de ser senhores do nosso próprio destino. Por outras palavras, se quisermos e soubermos fortalecer a democracia na Europa.

Precisamos de menos burocracia e centralização e de mais responsabilidade dos cidadãos. Precisamos de menos rigidez e de mais flexibilidades no diálogo e nas práticas. Precisamos de menos imprevisto e de mais capacidade de prever e de prevenir. Precisamos de menos fragmentação e de melhor coordenação.

Os diversos cenários sobre o futuro europeu obrigam-nos a equilibrar a influência de pessoas e instituições, de direitos e responsabilidades, de regulação e mediação. A Europa só poderá ser um factor de desenvolvimento, de justiça, de conhecimento e de cidadania se soubermos concretizar os seus valores fundamentais.

A minha convicção é a de que a lição dos pais fundadores europeus continua bem viva.

Como afirmou Robert Schuman: «A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto.»

Eis o que continua actualíssimo e não devemos esquecer.

E é por isso que – todos nós – aqui estamos.

Muito obrigada.

Isabel Mota